



PP – Açores

Palavra Parlamentar

Folha Informativa do Grupo Parlamentar do Partido Popular
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

N.º 3

Junho de 1997

PP Viabilizou Plano e Orçamento para 1997 APROVADAS TODAS AS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DO PP

O Grupo Parlamentar do Partido Popular foi o primeiro a apresentar as suas propostas de alteração à Proposta do Governo de Plano e Orçamento para 1997. Fê-lo no dia 23 de Maio (Diário ALRA n.º 14), quatro dias antes da votação das Propostas no Plenário da Assembleia Legislativa.

Quanto ao Plano para 1997, foram as seguintes as propostas de alteração apresentadas:

Aumentos de verbas para abastecimento de água (30.000 contos), caminhos agrícolas (200.000 C.) e electrificação agrícola (30.000 C.); Inclusão da elaboração do projecto e lançamento da obra do Saco do Porto de Ponta Delgada, com uma verba de 47.000 C.; Inclusão da reabilitação da Estalagem da Serreta com uma verba de 15.000 C.; Aumento da verba de 200.000 C. para apoio financeiro ao investimento privado; Inclusão da reabilitação e pavimentação da E. R. S. Carlos-S. Bartolomeu (30.000 C.) e a repavimentação da Estrada Transversal das Flores (Matosa/Ramal da Fajã-Grande/Lajes) (20.000 C.), reduzindo-se o equipamento para parque de máquinas em 250.000 C.; Inclusão das instalações do Serviço Regional de Estatística com verba de 20.000 C.; Inclusão de maquinaria e equipamento para o Porto da Praia da Vitória (80.000 C.), projecto e início da obra de prolongamento do Porto da Casa no Corvo (150.000 C.) e inclusão da acção de ligação do Núcleo de Pescas da Praia da Vitória ao 4.º troço da Via Rápida Angra-Praia; Inclusão da acção de ampliação e reabilitação do parque de estacionamento da Aerogare Civil das Lajes; Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica, com redução de verba de 150.000 C.; Reforço da verba do Parque Desportivo do Faial com 50.000 C.; Reforço da verba de 140.000 C. para Apoio ao Rendimento/Culturas Agrícolas (calamidades) e inclusão da acção de correcção, para além da proposta de repavimentação das estradas da Ilha das Flores destruídas pelos temporais.

Quanto ao Orçamento para 1997 foram apresentadas as seguintes propostas de alteração:

Redução, em pelo menos 15%, do número de Direcções de Serviços e de Divisões; obrigatoriedade de preenchimento mediante concursos públicos dos lugares de Director de Serviços e Chefe de Divisão; publicação, no Jornal Oficial, do cadastro dos veículos automóveis ligeiros e dos equipamentos e máquinas pesadas ao serviço da Administração Regional; oposição em todos os referidos veículos e equipamentos da expressão “PARA EXCLUSIVO USO OFICIAL”. Criação de um novo Capítulo com a epígrafe “Medidas Estruturais” determinando que: - o Governo proponha junto da Administração Central a criação de medidas excepcionais que visem a aposentação antecipada e voluntária dos funcionários e agentes regionais que o requeiram e possam ser considerados disponíveis, tendo em vista a reestruturação e redimensionamento da Administração Regional; - o Governo apresente um plano com a calendarização das medidas para a privatização de todas as empresas públicas e venda de participações em empresas privadas; - o Governo apresente o conjunto de medidas necessárias para a redução do preço de energia e dos custos dos transportes. Foi igualmente proposta uma redução de 170.000 contos (6,48%) na rubrica de Bens e Serviços Correntes, uma redução de 60.000 C. (20,78%) na rubrica Aquisição de Bens de Capital e uma redução de 100.000 C. na verba a transferir para a Assembleia Legislativa Regional.

José António Monjardino, na discussão de Planos e Orçamento: CONTRIBUIR ACTIVAMENTE PARA A MELHORIA DOS DOCUMENTOS

Na sua primeira intervenção de fundo na discussão do Plano de Médio Prazo e Plano e Orçamento para 1997 o Deputado José António Monjardino começou por afirmar que “As eleições de Outubro passado atribuíram ao P.P. um papel de especial destaque no actual quadro parlamentar. Esse papel, que assumimos com todas as responsabilidades que daí resultam, é por nós interpretado como o de partido da oposição” e precisou “um papel de partido da oposição com funções reguladoras e fiscalizadoras, feitas numa base positiva, e não de um partido de Governo”.

DOCUMENTOS POUCO INOVADORES

Falando sobre os documentos em apreciação, considerou-os pouco inovadores e disse não serem as soluções que o PP preconiza até porque “não estão totalmente integrados no espírito do Programa do Governo que ajudamos a aprovar”.

Recordou depois a posição do PP em Janeiro, quando defendeu o adiamento da discussão do PMP 1997/2000 e a discussão em prazo normal do Plano e Orçamento para 1997 “evitando assim que a Região fosse gerida em regime de duodécimos durante 6 meses” e disse “O tempo encarregou-se de nos dar razão. O plano a médio prazo assim resume-se a um conjunto de intenções sem o imprescindível quadro de previsão de receitas que torna o exercício da sua apreciação um acto sobretudo político mas esvaziado de realismo e conteúdo prático. Ninguém pode garantir a sua execução pela simples razão que não se sabe a sua base de financiamento”.

DESPESA E DÍVIDA CRESCEM MUITO

O Presidente do PP passou depois à apreciação do Plano e Orçamento e declarou “A despesa corrente cresce assustadoramente (cerca de 12,5%), o endividamento aumenta e o Plano apresenta pouco de novo parecendo mais um documento de continuidade de obras anteriores” e o seu “montante global cresce fundamentalmente à custa do aumento das transferências e do acréscimo do endividamento (aproximadamente 6 milhões de contos cada)”.

Disse que “seria fácil assumirmos uma posição negativa e de crítica destrutiva”, mas “Achamos que vale a pena tentar dar ainda um contributo útil para encontrarmos uma solução estável de governação”, entregando de seguida na Mesa as propostas de alteração do PP que “espelham um conjunto de preocupações que podem introduzir melhorias ao Plano e Orçamento deste ano”, que resumiu em

“medidas de poupança que podem fazer baixar a despesa corrente em 330 mil contos, sem mexer na componente de ordenados e de pagamento a fornecedores” e no caso da despesa de Capital “um corte de 60 mil contos” e “no Plano propomos a diminuição da afectação de verbas à fiscalização das pescas, da ciência e tecnologia e do parque de máquinas num valor total de 447 mil contos”.

POUPAR PARA INVESTIR

José António Monjardino explicou depois que “esses cortes permitirão reafectar fundos para o plano deste ano”.

Na sua intervenção de encerramento considerou que o PP “procurou participar neste debate de uma maneira afirmativa, crítica e construtiva” e “trabalhámos activamente na procura de soluções para os Açores”, mas “não obstante este clima de diálogo subsistiram diferenças”.

Fundamentando o VOTO CONTRA o PMP por falta de “condições políticas e técnicas”, anunciou que, se fossem aprovadas as suas propostas de alteração, o PP votaria favoravelmente o Plano e Orçamento 1997, tornando bem claro fazê-lo “atendendo ao facto que estamos a meio do ano, que este Governo tem que ter os documentos indispensáveis para assegurar uma governação e de que o povo dos Açores não entenderia a criação de uma crise política resultante da falta de apoio parlamentar a estes documentos”.

NO FUTURO JÁ NÃO HÁ DESCULPAS

O Presidente do PP preveniu que “É um Plano e Orçamento de transição que tem que resolver os problemas pendentes. No próximo, o de 1998, faremos uma apreciação muito mais exigente. Nessa altura já não pode haver desculpas”.

Sintetizou as propostas apresentadas para melhoria dos documentos como “promessa que fizemos aos Açorianos” e prometeu que “o Partido Popular continuará a pautar a sua postura numa base responsável” contribuindo para “uns Açores Melhores”.

(De Intervenções: Diários ALRA n.º 14 e 15)

Deputado Alvarino Pinheiro intervindo sobre os Planos e Orçamento:

O PP TEM UM PROJECTO RESPONSÁVEL E REALISTA

O Deputado Alvarino Pinheiro, em intervenção de fundo sobre o PMP 1997/2000 e Plano e Orçamento 97, considerou que o Parlamento “finalmente adquire, por mérito próprio, a sua verdadeira função de espaço privilegiado de diálogo e de debate consequente com vista ao apuramento da vontade do povo açoriano” e que agora, sem maioria absoluta, a legitimidade parlamentar já não depende de um homem. Falando da opção de mudança disse que o eleitorado “deu mais dois deputados ao Partido Socialista tal como deu também mais dois deputados ao Partido Popular” e lembrou a mensagem eleitoral: 45,8% dos Açorianos confiaram no Partido Socialista e 54,2% dos Açorianos confiaram nos projectos de outros Partidos”. Venceu “o que o Povo Açoriano disse, clara e inequivocamente, foi que não queria que um único partido interpretasse a sua vontade colectiva”.

EXIGEM-SE SINAIS CLAROS DE MUDANÇA

O Presidente do Grupo Parlamentar do PP lembrou os objectivos orçamentais: Prosseguir uma política orçamental estável e sustentável; Reorientar as prioridades de despesa da Administração tendo por princípio a sua redução, por foram a libertar mais recursos para o investimento; Muito rigor nas despesas de consumo; Eliminar o défice primário na legislatura; Baixar o endividamento para níveis sustentáveis.

Alvarino Pinheiro considerou assim que “a proposta orçamental para 1997 deveria já conter sinais claros de uma nova política financeira que revelasse uma mudança de tendência no desequilíbrio em que a gestão autónoma mergulhou”.

CONTENÇÃO E RIGOR DE GESTÃO

O Presidente da Comissão Directiva do PP referiu-se depois às despesas de Aquisição de Bens e Serviços Correntes como sendo estas áreas que “revelam, por excelência, o grau de parcimonias dos gastos correntes da Administração e a contenção de posturas e rigor de gestão, esses princípios não estão consagrados, nem tão pouco foram utilizados como exemplo dos sinais que uma Nova Administração deveria apresentar, num período que se deseja como de transição, em sintonia com os propósitos fixados no Programa de Governo”, acrescentando “Porém, é óbvio que para avançar com restrições desta natureza é necessário, antes de mais, vontade política e muita determinação com vista a corrigir os vícios e excessos da Administração. Assim, o endividamento da Região, perante a inevitável ausência de

alterações estruturais, prossegue a um ritmo incontrolável”, uma vez ao propor-se contrair um empréstimo de mais 19 milhões de contos “o endividamento da Região aumentará quase 14%, quando em 1996 cresceu 8,3%, chegando-se ao final de 1997 com uma dívida directa superior a 130 milhões de contos”.

ADMINISTRAÇÃO MAIS LEVE E RACIONAL

Justificando as propostas, disse que “o PP quer uma Administração mais leve, mais racional, mais produtiva, mais económica, mais compatível com a nossa dimensão económica e social. Mas o PP tem um projecto responsável e realista”, que “a almejada redução das despesas com o pessoal terá de ser feita através da racionalização das orgânicas”, que “são inúmeras as Chefias que se chefiam a si próprias, na sequência de uma política esbanjadora e irresponsável que no passado utilizou a criação de Chefias como instrumento para premiar amigos e favorecer correligionários”, que as alterações quanto ao uso de viaturas dão “mais possibilidade de serem as próprias populações os primeiros a zelarem pelo cumprimento das regras da boa utilização dos bens públicos”.

O Presidente do Grupo Parlamentar considerou que as reduções nas despesas correntes e nos Programas que integram acções dispensáveis ou mal concebidas (lanchas rápidas de fiscalização, ERICTA e parque de máquinas) “possibilitarão a introdução no Plano de projectos de investimento que se afiguram como prioritários e constituem anseios das nossas populações não devidamente contemplados”.

PMP: CONHECER MEIOS PARA AVALIAR

Quanto ao Plano de Médio Prazo considerou que “o que é correcto e lógico é conhecermos os meios que a Região disporá nos próximos anos para em consciência avaliarmos das respectivas propostas de aplicação” e que “se o novo regime económico e fiscal está condicionado pela Lei das Finanças Regionais, por maioria de razão o Plano de Médio Prazo 97/2000 o estará”, por isso “a proposta do Partido Popular no sentido do adiamento da apreciação e votação do PMP tem sólida fundamentação”. Quase a terminar o Presidente do Grupo Parlamentar afirmou: “Estamos conscientes que, pela nossa parte, contribuímos muito activamente para que se crie as condições para a Região vir a possuir um Plano e Orçamento melhorado para 1997 e no momento próprio um PMP solidamente sustentado na Lei das Finanças Regionais”.

Graças ao Deputado João Greves FINALMENTE TEREMOS PORTO DO CORVO AUMENTADO

Em intervenção sobre o Plano e Orçamento o Deputado João Greves disse ter ficado "com a ideia que o Corvo se tornou no benjamim desta Casa", mas porque "foi na minha voz que os corvinos confiaram e assim vou fazê-la ouvir sempre que seja necessário". Afirmou depois que "insistir sempre nos mesmos assuntos" é "a nossa obrigação e estou certo que será útil" para "contribuir para a resolução dos problemas".

O Deputado do Corvo disse também "cada vez fico mais confiante que finalmente teremos o Porto do Corvo aumentado nos 18 metros que são necessários e assim se fará finalmente justiça aos corvinos" e terminou afirmando "Se todos os problemas que aqui tenho referido ao longo deste mandato tiverem que pesar na estabilidade regional, não sou eu que tenho de estar preocupado com esta, mas sim o Governo Regional, porque se este for um bom Governo já é estável por natureza".

(De Intervenção: Diário ALRA n.º 14)

DESLOCAÇÃO AO CORVO E FLORES

Para contactar com a realidade local o Grupo Parlamentar do PP desloca-se às Ilhas do Corvo e Flores do dia 30 de Junho até ao dia 3 de Julho.

Para além de reuniões com diversas entidades públicas e privadas, os deputados do PP trabalharão também com as estruturas locais do Partido.

DEPUTADOS COM CANDIDATOS

Os Deputados José António Monjardino e Alvarino Pinheiro estiveram presentes na Conferência de Imprensa de apresentação dos cabeças de lista à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Horta, respectivamente Optometrista António Nogueira e Renato Moura, assinalando assim o primeiro acto público de candidatura do PP às próximas eleições autárquicas.

LIVROS, REVISTAS E JORNAIS

Por proposta do PP foi aprovado, por unanimidade, na Assembleia Legislativa Regional, no dia 17 de Junho, um voto de protesto pelo facto de o Governo da República, em cumprimento da Lei n.º 41/96, de 3 de Agosto, ainda não ter assegurado preços iguais aos do continente para livros, revistas e jornais.

REQUERIMENTO

O Deputado Alvarino Pinheiro apresentou um requerimento em que solicita informação do Governo Regional sobre se está "na disposição de intervir junto da Administração da Caixa Económica do Montepio Geral no sentido de a sensibilizar para o estabelecimento de um igual tratamento entre os reformados da ex-Caixa Económica açoriana e os reformados do Montepio Geral.

Reuniões de Trabalho

O Presidente do Grupo Parlamentar, acompanhado de dirigentes locais do PP, reuniu com a Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, com quem tratou de problemas do sector com incidência nos Planos regionais e informou sobre as propostas de alteração do PP.

O referido Deputado, igualmente acompanhado de dirigentes populares, reuniu com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, onde além de outras questões tomou conhecimento das expectativas da edilidade quanto ao Plano para 1997.

O Deputado José António Monjardino, acompanhado do Vice-Presidente do PP Renato Moura, deslocou-se à Ilha do Pico, onde reuniu com estruturas locais do Partido Popular.

PP PROPÔS ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA

O Grupo Parlamentar do PP, baseado no facto de que a Assembleia é o principal órgão de governo próprio da Região, afirma, no preâmbulo da iniciativa, visando alterar cerca de 30 artigos e aditar 7 novos, que "importa que o Parlamento passe a ter uma participação política cada vez mais activa, intensificando não apenas o seu poder legislativo e regulamentar, mas principalmente o importantíssimo papel de acompanhamento e fiscalização da actividade governativa". O Grupo Parlamentar do PP pretende que o Plenário da Assembleia se reúna 10 vezes por ano, tendo em vista aumentar a produtividade, e criar novas figuras de debate: declaração política, assuntos de interesse regional e debate de urgência.